LEI Nº 2.069 - DE 14 DE NOVEMBRO DE 1921
(DOE 06/12/1921)

Prorroga o prazo para os registros de posse de terras sujeitos a legitimação e revalidação.

O Congresso Legislativo do Estado do Pará decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os registros de posse de terras sujeitos a legitimação e revalidação, a que se referem a Lei n.º 1.108, de 6 de novembro de 1909, art. 5º § 1º a 9º; a Lei n.º 1.235, de 6 de novembro de 1911, com as especificações estabelecidas pela Lei n.º 1.630, de 5 de outubro de 1917; a Lei n.º 1.584, de 26 de setembro de 1917, art. 3º, e qualquer outra lei em vigor, ficam prorrogados, sem multa, até 31 de dezembro de 1924.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de novembro de 1921

SOUSA CASTRO